

• Política

GAZETA MERCANTIL

LEGISLATIVO

Orçamento, ajuste fiscal e salário do funcionalismo adiam recesso do Congresso

por Adriana Vasconcelos
de Brasília

Os presidentes da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS), e do Senado, senador Mauro Benevides (PMDB/CE), anunciaram ontem à noite a autoconvocação do Congresso Nacional a partir de hoje. Os trabalhos legislativos deverão ser prorrogados até a próxima sexta-feira para que possa ser concluída a apreciação de pelo menos três temas: a proposta orçamentária da União para 1992, o ajuste fiscal e o projeto de lei do Executivo (encaminhado ontem à Câmara) que fixa em 100% o índice de reajuste dos servidores públicos federais — com data-base em janeiro próximo.

Até às 22 h de ontem, não havia sido divulgada a pauta de projetos a ser discutida e votada durante a convocação extraordinária do Congresso. No entanto, tudo indica que as propostas que regulamentam o Finsoficial, o Imposto Territorial Rural (ITR) e a rolagem das dívidas dos estados e municípios — essa mesmo sem a simpatia do senador Mauro Benevides — acabem sendo citadas na pauta de convocação, juntamente com uma série de pedidos de créditos suplementares da União.

A autoconvocação da Câmara e Senado foi o motivo que levou o Executivo a desistir de sua intenção de editar uma Medida Provisória hoje, que iria fixar o reajuste do funcionalismo. O ministro da Justiça, Járbas Passarinho, esteve ontem no Congresso Nacional para se certificar da prorrogação dos trabalhos legislativos e informar que o projeto de lei com o aumento dos servidores iria ser assinado imediatamente.

O ministro da Justiça ressaltou, porém, que o índice de aumento dos salários dos servidores será pago em três parcelas e representa a proposta máxima aprovada pelo Ministério da Economia. Passarinho não se negou a ouvir um pedido do deputado Jabes Ribeiro (PSDB/BA), membro da Comissão de Trabalho da Câmara, que solicitou a realização de uma reunião entre o governo e os representantes dos servidores públicos federa-



Mauro Benevides

rais para a abertura de negociações.

Jabes Ribeiro lembra que o índice de reajuste oferecido pelo governo fica muito abaixo do reivindicado pelo funcionalismo, fixado em mais de 400%, para que as perdas salariais do ano sejam recompostas. O ministro Passarinho não confirmou se a reunião com os servidores acontecerá, mas disse a este jornal que o "percentual de aumento do funcionalismo terá de ser compatível com a situação financeira da União".

Apesar de todo o discurso de elogio ao empenho dos parlamentares durante 1991, Ibsen Pinheiro foi obrigado a anunciar em seguida a convocação do Congresso Nacional, que terá de prorrogar os seus trabalhos por mais quatro dias, justamente por projetos prioritários como o do orçamento ainda não terem sido aprovados. Por ser uma prorrogação dos trabalhos, não haverá qualquer custo para a instituição com essa convocação.

SALÁRIO DOS PARLAMENTARES

Os deputados e senadores voltaram ontem atrás na sua decisão de reajustar os próprios salários em 143%. Através de um acordo negociado na Presidência da Câmara entre todos os partidos, inclusive o PT (único que não aceitava o índice de 143%), os parlamentares aceitaram reduzir o aumento de seus subsídios e verba de representação para 99,86%. A Câmara aprovou o projeto no início da noite.